

IMIGRAÇÃO

Os fluxos imigratórios que envolveram o Brasil na Primeira República foram os mais expressivos do período que se estende do século XIX ao XX: entre 1889 e 1930 ingressaram no país mais de 3,5 milhões de estrangeiros, o que corresponde a 65% do total de imigrados entre 1822 e 1960.

No período republicano, o Brasil se encontrou plenamente no contexto migratório mundial de massa, ao lado dos Estados Unidos e da Argentina, constando como o terceiro receptor de imigrantes nas Américas, ainda que com um volume de entradas bem inferior. Diferentemente desses dois países, a imigração no Brasil foi caracterizada por uma inserção prevalente de tipo rural, espelhando uma política imigratória pautada na economia brasileira de então, particularmente voltada para a agroexportação e com um processo de industrialização incipiente, menos enraizado que o argentino e estadunidense. Cerca da metade dos imigrantes voltou para seu país, dado parecido com os dos Estados Unidos e da Argentina, que não pode ser tomado como uma expressão negativa inequívoca da experiência imigratória no seu complexo.

O estado de São Paulo foi a principal região de atração de imigrantes no Brasil (57% do total dos estrangeiros entrados no país), dentro de uma tripartição histórico-geográfica da imigração constituída por: 1) uma região central fortemente atrativa, os estados do Sudeste, caracterizada pelo sistema agroexportador, mas também pela incipiente industrialização e pela franca expansão urbana; 2) uma região de atração importante, mas secundária, os estados do Sul, com consistentes núcleos coloniais rurais formados por pequenos proprietários e urbanização recente e mais rarefeita; 3) a macrorregião dos estados do Norte e Nordeste, onde a inserção dos estrangeiros foi quase exclusivamente urbana, mas muito pouco significativa no seu complexo e em relação ao resto do país, embora importante para as dinâmicas econômicas, sociais e culturais das grandes cidades.

Na região Sudeste, além do estado de São Paulo e bem distanciados deste, foram o Distrito Federal e o estado do Rio de Janeiro que atraíram o maior número de imigrantes,

destacando-se sobretudo a imigração urbana para a capital federal. Em Minas Gerais os fluxos imigratórios se direcionaram quase exclusivamente para o sul do Estado, funcionando como uma extensão do sistema paulista. No Espírito Santo, a imigração, mais escassa e pontual, foi sobretudo o resultado da política de colonização rural com pequenos proprietários de origem alemã e italiana nas regiões serranas.

A região Sul foi caracterizada sobretudo pela imigração subvencionada para a formação de núcleos coloniais de pequenos proprietários em regiões específicas dos três estados. A grande maioria dos estrangeiros que imigraram para o Sul foi para o Rio Grande do Sul e particularmente para a região serrana.

Em 1920, após os anos de estagnação da Primeira Guerra Mundial e o crescimento dos fluxos de retorno ao país de origem, as principais unidades com presença estrangeira considerável eram São Paulo (18% da população), Distrito Federal (20%) e Rio Grande do Sul (7%).

Os fluxos de entrada não foram uniformes ao longo das primeiras quatro décadas republicanas, prevalecendo a última década do século XIX (quando entraram 35% dos imigrantes). A primeira década do século XX, ao contrário, foi a que recebeu a proporção menor (19%).

Do ponto de vista étnico, todos os grupos nacionais europeus foram representados; entre os asiáticos, quase somente japoneses e sírio-libaneses. Destaca-se um núcleo mediterrâneo europeu preponderante formado por italianos (o maior grupo de imigrantes no Brasil nesse período, quase 1,3 milhão, 35% do total), portugueses (28%) e espanhóis (14%) – isto é, quase 8 de cada 10 imigrantes era originário desses três países. Os alemães, quarto maior grupo, constituíram 4% do total, e os japoneses 3,5%. No restante, houve uma grande variedade, na qual prevaleceram os sírio-libaneses, seguidos por poloneses, ucranianos, húngaros, lituanos, austríacos de língua alemã e judeus da Europa oriental. Todos esses grupos se instalaram em todas as regiões brasileiras interessadas, mas houve algumas diferenças.

Os italianos foram prevaletentes em todo estado de São Paulo, em Minas e nos três estados

sulinos, mas eram superados pelos portugueses nas cidades do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife. Os italianos imigraram para o Brasil sobretudo no período 1889-1903, no auge da imigração subvencionada para os latifúndios paulistas, mineiros e fluminenses e para os núcleos e colônias do sul, enquanto nas décadas seguintes foram os portugueses que prevaleceram. No caso paulista, os italianos continuaram sendo o principal grupo imigrante durante todo o período 1890-1930. Os japoneses só começaram a chegar a partir de 1908, enquanto os sírio-libaneses e os alemães, outros dois grupos minoritários, imigraram com fluxos constantes ao longo de todo o período. Todos os grupos utilizaram a imigração subvencionada, que foi absolutamente prevalecente no caso de italianos e espanhóis, mas para alguns, notadamente os portugueses e sírio-libaneses, o número de imigrantes espontâneos foi sempre muito alto e largamente majoritário na maior parte do período.

A IMIGRAÇÃO RURAL

Os antecedentes da imigração no Brasil remontam ao período imperial, quando, na ótica da extinção do trabalho escravo, começou a ganhar espaço a ideia de que a implementação do trabalho livre no país deveria recorrer à importação de mão de obra estrangeira (durante o Império tinham chegado cerca de 900 mil imigrantes). Principalmente, duas ordens de motivos levaram a abrir o país para receber contingentes de imigrantes: uma política eugénica de europeização da população e a necessidade de disponibilidade maciça de mão de obra para uma expansão rápida de um dos principais setores da agroexportação, o café. Esta última consideração pesou mais que a primeira, de cunho cultural, uma vez que parecia mais viável um sistema de captação de trabalhadores estrangeiros do que a ativação de um processo de migrações internas para conseguir as melhores condições do mercado de trabalho: abundância da oferta de mão de obra e sua concentração localizada no tempo e no espaço, de modo que fosse possível, ao mesmo tempo, selecionar qualitativamente os trabalhadores, pressionando para baixo os salários e limitando a oferta geral em torno das condições de vida e de trabalho fixadas nos contratos. Esses princípios gerais orientaram profundamente a política imigratória da República e de

forma mais incisiva e sistemática que durante o Império, durante o qual as primeiras entradas de imigrantes ocorreram com tentativas esparsas de estabelecimento de núcleos coloniais geridos pela União e pelos governos provinciais em diversas províncias do Sul e Sudeste, acompanhadas por pontuais e malogradas experiências de inserção de trabalhadores livres de origem europeia na lavoura da cana e do café em expansão, por parte de particulares, através de contratos de parceria. Considerados esses fracassos, o principal grupo de pressão interessado na inserção de trabalhadores livres estrangeiros, constituído pelos fazendeiros paulistas, particularmente aqueles ligados ao complexo cafeeiro, reorientou a política imigratória ao longo da década de 1880, elaborando um sistema de imigração subvencionada e controlada que previa a concessão gratuita da passagem e da moradia e a concentração dos imigrantes em hospedarias, para que fossem direcionados principalmente aos latifúndios das principais regiões rurais do Sudeste. Essa política se manteve e se reforçou ao longo de toda a Primeira República, caracterizando fortemente o tipo de imigrante e de processo imigratório no país. A grande maioria dos imigrantes chegou dessa forma ao Brasil, diversamente dos outros países americanos, onde praticamente só havia imigração espontânea. Calcula-se que no estado de São Paulo 58% dos imigrantes chegaram a ter sua passagem subvencionada, com uma ponta de 80% entre 1889 e 1900. Quase exclusivamente subvencionada foi também a imigração para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Fundamentalmente, dois tipos de instituições subvencionaram os fluxos imigratórios durante a Primeira República: os governos estaduais e o governo federal.

A federalização que adveio com a República fez com que os estados pudessem realizar e financiar uma política imigratória própria, mas isso foi realmente possível por um tempo continuado somente para o estado de São Paulo e, parcialmente, para o Rio Grande do Sul, no primeiro caso possibilitando uma verdadeira imigração de massa. Todos os outros estados interessados nas políticas migratórias não conseguiram sustentá-las autonomamente por longos períodos e tiveram que recorrer à ajuda da União, que no entanto não financiou a imigração durante boa parte da primeira década do século XX, enquanto na década anterior

o fez de forma muito inferior ao governo do estado de São Paulo. A política do governo federal contrastava com a do governo paulista, sendo a primeira voltada quase exclusivamente para o fomento de imigração para a formação da pequena propriedade, e a segunda voltada para fornecer mão de obra ao complexo cafeeiro.

A criação de núcleos coloniais organizados e financiados pelo governo federal e pelos estados continuou também com o advento da República, sendo os núcleos geridos pelos governos estaduais, mas constituiu uma parte não significativa diante da imigração subvencionada de massa voltada para as grandes fazendas, a não ser nos estados sulinos e no Espírito Santo, onde respondia à exigência, vinda de políticas anteriores do período imperial, de fixação de núcleos populacionais estáveis em áreas escassamente povoadas, que funcionassem como abastecedores do mercado interno urbano e de colonização de regiões fronteiriças. Núcleos coloniais foram criados também em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, mas se perdiam no mar magno do latifúndio. Como somente nos núcleos coloniais era possível, para o estrangeiro imigrante, obter a propriedade da terra desde o início (que ele devia quitar com o tempo), evidentemente prevaleceu no Brasil uma política imigratória que, ao barrar, impedir ou obstaculizar a pequena propriedade difusa, criava ciente um reservatório de mão de obra rural funcional para o complexo latifundiário e agroexportador centrado no estado de São Paulo.

O perfil do imigrante típico no Brasil foi o do camponês europeu pobre, vindo junto com seu núcleo familiar para se estabelecer no país, na zona rural, a longo prazo ou definitivamente, diversamente da Argentina e dos Estados Unidos, onde foi muito mais significativa a imigração temporária, para ambientes urbanos, de homens que chamavam ou iam buscar sua família e retornavam ao país de imigração num segundo momento.

Os latifundiários não podiam, nem queriam, nem conseguiram, sobretudo a partir da diminuição do preço do café no fim do século XIX e das primeiras crises de superprodução, absorver toda a mão de obra imigrada ou retê-la. Ao mesmo tempo, ficou patente, para os imigrantes que vieram nas primeiras grandes levas ao longo da década de 1890, que o sonho do acesso à propriedade da terra, imaginado e astutamente propagandeado pelos

agentes dos fazendeiros, permanecia um sonho, pelo menos no curto prazo. Em 1905, 87% do valor das terras paulistas ainda estavam em mãos de brasileiros, embora esse total tenha diminuído para 63% em 1920. A isso se juntava toda uma série de condições de vida e de trabalho pouco atrativas, a começar por uma cultura difusa de maus tratos nas fazendas e de desatendimento das condições fixadas nos contratos de colonato entre fazendeiros e lavradores imigrados, além do isolamento vivenciado e das doenças que desfalcavam os salários.

Consequentemente, além dos retornos à terra natal e das lutas por melhoria dos salários e das condições de trabalho, a resposta dos imigrantes compreendeu também: 1) a migração secundária para os principais centros urbanos do estado de São Paulo, para a capital federal e para as pequenas cidades de Minas Gerais; 2) o descrédito do Brasil como país receptor de imigrantes, através da veiculação de impressões negativas pelas redes familiares e regionais de imigração. Esta última reação foi mais eficaz que a propaganda em prol ou a contrapropaganda de outros países, como a Argentina (competidora do Brasil no mercado global de oferta de mão de obra), para que o país se tornasse fundamentalmente pouco atrativo aos olhos de possíveis imigrantes, o que obrigou a União, mas sobretudo o governo de São Paulo, a procurar cada vez novos países dentro e fora da Europa, onde encontrar imigrantes. Em parte, essa postura difusa dos imigrantes foi acompanhada pelas proibições da emigração subvencionada para o Brasil por parte dos principais países de origem dos emigrantes (Itália, 1902; Espanha, 1908), mas é importante salientar que a ação dos próprios imigrantes, como expressão de resistência à exploração, antecedeu a legislação.

Os historiadores recentemente identificaram também nesses conflitos de classe, e não somente na economia menos pujante que a estadunidense e a argentina, a menor atração que o Brasil exerceu como país de imigração. A possibilidade de se tornarem pequenos proprietários no Brasil, vislumbrada antes da experiência real de vida no país, era um excelente fator de atração para milhões de camponeses europeus sem terra ou em processo de deterioração dos seus contratos de parceria ou, ainda, em vias de perder suas pequenas propriedades. O Brasil parecia permitir a possibilidade de fugir do espectro da fome e da

dependência, de quebrar os laços de subalternidade originários, de preservar ou adquirir a condição de camponês independente, de salvaguardar a cultura camponesa, o núcleo familiar e as redes parentais e comunitárias, ainda que estas tivessem que ser reproduzidas em um contexto desconhecido. Por isso mesmo, era também depositário de muitas esperanças de uma nova vida distante dos problemas ínsitos na urbanização. Todas essas esperanças foram, evidentemente, frustradas, para a grande maioria dos imigrantes, menos para os que foram para os núcleos coloniais, onde a propriedade e independência sonhadas foram geralmente adquiridas, ainda que com sacrifícios enormes, não isentos de desigualdades e fracassos individuais e coletivos.

A IMIGRAÇÃO URBANA

Se o principal foco de atração e fluxo imigratório no Brasil teve características explicitamente rurais, a imigração urbana não pode ser desconsiderada, pois tornou-se evidente, desde o início da imigração de massa, que o crescimento das cidades em todas as regiões do país interessadas no fenômeno imigratório estava ligado à vinda de população estrangeira. A imigração urbana foi basicamente de dois tipos: 1) indireta, como fluxo secundário de estrangeiros provenientes das áreas rurais onde se tinham fixado num primeiro momento; 2) direta, como fluxo primário de imigrantes que logo na entrada se fixavam nas áreas urbanas. A partir dos últimos anos do século XIX, a primeira começou a se realizar concomitantemente à segunda, aumentando progressiva e consideravelmente durante a primeira década do século XX.

A imigração indireta foi sobretudo resultado do êxodo de imigrantes insatisfeitos com as condições de trabalho ou em excesso nas áreas rurais de latifúndios e, de forma menor, de estrangeiros dos núcleos coloniais rurais, por motivos semelhantes. A cidade proporcionava também oportunidades de ascensão social, e maiores possibilidades para a educação e a saúde. Não poucas vezes o retorno à pátria de origem, saindo das áreas rurais brasileiras, passava por um período de trabalho nos centros urbanos.

Paralelamente, ocorreu também uma imigração urbana direta, como nos EUA e na

Argentina, que foi caracterizada pela vinda de dois tipos de emigrantes, urbanos e rurais. Muitos camponeses, graças às suas redes, já tinham tomado consciência da impossibilidade de adquirir aquela independência sonhada ou de sobreviver no mundo do latifúndio ou dos núcleos coloniais, e portanto se utilizaram da imigração subvencionada do próprio grupo familiar, tendo como objetivo só uma breve permanência na fazenda para em seguida migrar para as cidades onde eram esperados ou onde sabiam que existia uma rede de parentes e patrícios dos mesmos vilarejos, e onde se inseriam com uma certa rapidez no mercado de trabalho urbano, muitas vezes porque essas mesmas redes controlavam o acesso a certos nichos de mercado. Não poucas vezes, sempre graças a esses contatos, era dispensada desde o início a passagem pela fazenda, com a fuga súbita das hospedarias.

Ao mesmo tempo, funcionaram cadeias migratórias previamente constituídas entre áreas rurais específicas da Europa, sobretudo meridional, e grupos já urbanizados no Brasil, originários daquelas regiões, sem se utilizar do subterfúgio da imigração subvencionada. Assim também, desde o início da imigração de massa houve importantes cadeias migratórias entre cidades, com a chegada de estrangeiros que já viviam em cidades nos seus países de origem.

As cidades brasileiras do Sul e Sudeste, algumas mais, outras menos, refletiram essa revolução étnico-demográfica desde os primeiros anos da República, tornando-se locais fundamentais de experiências transculturais cosmopolitas e centros agregadores de cada grupo étnico e nacional imigrado no país.

Em 1920, 2/3 da população da cidade de São Paulo eram compostos pelos imigrantes e seus filhos (35% eram estrangeiros natos, que entre 1890 e 1910 chegaram a compor, por diversos anos, mais da metade da população paulistana). A cidade do Rio de Janeiro tinha mais de 1/4 de estrangeiros, Porto Alegre 12%. Também as principais cidades do Norte contavam com uma população imigrada (em Recife mais de 4%, por exemplo).

Os embates étnicos foram certamente inferiores aos que tanto caracterizaram as cidades estadunidenses, mas não faltaram tensões, sobretudo nos anos iniciais da explosão urbana. Altas e súbitas concentrações de estrangeiros às vezes criaram atritos entre o governo

brasileiro e os governos dos países de onde eles provinham. Se a comum origem mediterrânea e latina da maior parte dos imigrantes atenuou conflitos de origem étnica entre eles e com as autoridades brasileiras, mais frequente foi o revestimento étnico de embates que tinham outras motivações, políticas, de classe ou intraclasse. Apesar da história e de muitos elementos culturais amplamente compartilhados, o grupo europeu mais confrontado tanto pela população como pela elite brasileira foi o português. Particularmente fortes foram os atritos entre afro-descendentes e imigrantes, sobretudo quando esses conflitos eram exacerbados pela luta no mercado de trabalho. Nas cidades onde os brancos prevaleceram esmagadoramente, como em São Paulo, os conflitos foram menos explícitos (mas não os atos de racismo), diferentemente de onde a população negra era muito consistente ou majoritária, como na capital federal e nas cidades mineiras. No âmbito dos estrangeiros, quando ocorriam dissídios, estes foram mais comuns entre portugueses, de um lado, e italianos e espanhóis, de outro, em São Paulo, Minas e Rio; e entre alemães e italianos, ou destes com os eslavos nos estados sulinos. As comunidades estrangeiras eram também divididas internamente, sobretudo os italianos e espanhóis, caracterizados por fortes e contrastantes regionalismos, mas mais frequentemente por diferenças de classe.

Na imigração urbana havia todo tipo de estratificação social interna nos grupos imigrados: ao lado de empresários, comerciantes e profissionais liberais estrangeiros bem-sucedidos, havia seus patrícios operários, artesãos, vendedores ambulantes. Entre os primeiros, não poucos foram os que chegaram como trabalhadores urbanos ou até rurais, mas a maioria geralmente chegava ao Brasil com capitais ou como técnicos e administradores de firmas, ou ainda como membros de sólidas redes comerciais, procurando uma ascensão social e uma consolidação maior que não lhe eram possíveis no país de origem. No estado de São Paulo, em 1920, quase 65% das empresas eram de propriedade de estrangeiros. Para alguns, como portugueses, sírio-libaneses e alemães, a presença no empresariado e na classe média comercial era proporcionalmente consistente desde o início do processo migratório; tal não acontecia entre italianos e espanhóis, que tinham uma forte caracterização proletária,

particularmente os segundos, pois entre os italianos se destacava um número nada desprezível de industriais, alguns entre os mais importantes do país, como Matarazzo, Crespi e Siciliano. Ao lado de muitos trabalhadores imigrantes com experiências de trabalho urbano mais ou menos qualificado, a maioria dos operários e outras figuras dos tantos ofícios desempenhados na cidade por estrangeiros vinha de contextos rurais.

No movimento operário dos estados do Sul e Sudeste, a presença estrangeira se evidenciou diretamente nas lideranças sindicais e políticas, chegando a caracterizar fortemente todo o processo de formação da classe operária local, e se traduziu também publicação de uma miríade de jornais voltados para os trabalhadores, de diversas tendências (principalmente anarquistas, sindicalistas revolucionárias e socialistas). Isso levou o governo brasileiro a promulgar em 1907 a Lei de Expulsão de Estrangeiros envolvidos em liderança de greves, manifestações e organizações trabalhistas. Certamente, os fluxos migratórios e o fato de que os estrangeiros constituíam, dependendo dos setores e períodos, grandes minorias (como na capital federal) ou de 50 a 75% da força de trabalho (como em muitas cidades do Sul e Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, e sem considerar os filhos que já trabalhavam), chegando quase a monopolizar determinados ofícios, possibilitaram esse papel de destaque na construção do movimento operário e em geral na luta de classes.

Essa superexposição foi mais o resultado dessa expressão numérica no seio da classe do que de tradições culturais políticas, embora estas também tenham tido certa influência. A circulação de idéias e experiências que os imigrantes proporcionaram teve um peso indiscutível nesse processo, sobretudo no aspecto transnacional e da difusão de tendências políticas mais radicais e de ação direta, algumas bastante difusas nos países de origem, como Itália, Portugal e Espanha. Contudo, ainda que a militância pregressa ou a ligação e os contatos transnacionais com o movimento operário do país de origem ou com os patrícios emigrados em outras nações americanas e europeias tenham desenvolvido um papel importante na própria atuação no Brasil, a maioria dos imigrantes aqui aportados não vinha com uma bagagem de militância e de lutas. Estas geralmente eram construídas *in loco*, nas cidades brasileiras, em relação com as situações e a sociedade local, ainda que

tenham ocorrido em contextos migratórios caracterizados pela presença de redes e circularidades transnacionais.

Luigi Biondi

FONTES: *Anuário estatístico do Brasil 1955* (v.16); *Anuário estatístico do Brasil 1960* (v.21); BASSANEZI, M. *Atlas*; BASSANEZI, M. *Repertório*; *Brasil: 500 anos*; HALL, M. *Imigrantes* (p. 121-151); HOLLOWAY, T. *Imigrantes*; PETRONE, M. *Imigração* (v. 9, p. 104-146); TRENTO, A. *Do outro*.